

Mais de 530 pessoas envolvidas na ONUMOZ

A. 1. 4.
6/3/93

— anuncia Dr. Aldo Ajello

Estão neste momento ao serviço da ONUMOZ para a implementação do Acordo Geral da Paz para o nosso país 200 observadores militares armados de nacionalidade italiana para a protecção do «Corredor da Beira», 184 «capacetes azuis» não armados, 60 funcionários internacionais e 92 trabalhadores recrutados localmente.

Fonte oficial da ONUMOZ garantiu que esforços suplementares estão neste momento a ser activados entre Maputo e Nova Iorque para o envio urgente de mais observadores militares armados para Moçambique, para maior flexibilidade e consistência da operação.

O Dr. Aldo Ajello, Representante Especial proposto pelo Secretário-Geral da ONU e confirmado pelo Conselho de Segurança, disse ontem em Maputo durante o «briefing» semanal com os órgãos de comunicação social nacionais e estrangeiros que anteriormente colocou a hipótese da possibilidade da interrupção do envio de observadores militares não armados da ONU para Moçambique, visto que os centros de reunião e acomodação dos membros do Exército governamental e da Renamo ainda não tinham entrado em funcionamento.

Disse que até fins deste mês seria completada a identificação e o reconhecimento dos 49 centros de acantonamento para ambas as partes e que as condições logísticas, sanitárias e outras facilidades estão a ser providenciadas para as zonas de confinamento já avaliadas.

Este trabalho incluiu observadores militares não armados da ONU e uma componente civil liderada pela Cooperação Suíça, integrando agências do sistema das Nações Unidas e a Comunidade Económica Europeia (CEE).

Emitindo uma opinião pessoal, Aldo Ajello garantiu que o acantonamento de membros das tropas governamentais e da Renamo poderia ser faseado, admitindo-se o confinamento dos visados nos centros de acantonamento já identificados e reconhecidos.

Deste modo, adiantou, a triagem dos elementos que iriam ser desmobilizados ou seleccionados para o Exército nacional único seria também feita paulatinamente.

A reintegração social e económica dos desmobilizados é uma das tarefas da CORE, que acumula ainda a reinserção dos refugiados moçambicanos provenientes dos territórios vizinhos e dos deslocados internos.

Compete à CCFADM a formação do Exército único de 30 mil efectivos seleccionados na base de listas fornecidas pelas Forças Armadas de Moçambique e pela ala militar da Renamo.

Aldo Ajello afirmou que o trabalho de criação de uma estrutura logística está em andamento entre seis e oito zonas de acantonamento cujas condições capacitam-nas para a recepção e acomodação de forças de ambas as partes.

«Podemos começar, até ao fim deste mês, com um número limitado de soldados seleccionados pelas partes», observou Ajello referindo-se ao locais de trânsito para triagem da tropas governamentais e da Renamo.

DESMINAGEM PROSEGUE CONFORME ESTÁ PREVISTO

Abordado a respeito do estágio actual do acordo celebrado entre a CEE e a multinacional britânica, LONRHO, por um lado e a evolução do Plano Nacional de Desminagem, por outro, o Representante Especial da Boutros Ghali no nosso país esclareceu que há sinais positivos da execução do primeiro e já existem fundos para o segundo, tendo sido lançado um concurso internacional para a identificação da empresa que se vai responsabilizar pela desactivação de engenhos explosivos armadilhados durante a guerra.

Segundo o acordo CEE-LONRHO, sob proposta do Comité Internacional da Cruz Vermelha, deveriam ser desminados «corredores humanitários» compreendendo 28 estradas que vão permitir a canalização da assistência internacional às populações-alvo.

Estas vias rodoviárias de comunicação localizam-se no centro e sul do país e os trabalhos estão a ser efectuados por uma empresa contratada pela LONRHO («Churka Security Services, Ltd»).

Quanto ao Plano Nacional de Desminagem, Aldo Ajello referiu que a princípio houve alguns problemas com o orçamento, mas que esse nó de estrangulamento já foi desatado.

Já foi lançado um concurso internacional que irá possibilitar a selecção da empresa que reúne os requisitos exigidos para a execução dos trabalhos.

Recentemente esteve em Maputo um consultor das Nações Unidas, Brigadeiro Patrick Blagden, para assessorar as partes na delimitação de um plano abrangente e duradouro que cubra todo o território nacional.

Segundo «Paddy» Blagden, as Nações Unidas calculam que existem em Moçambique cerca de dois milhões de minas e outros engenhos explosivos

Orçamento aprovado

O Comité para Questões Orçamentais e Administrativas das Nações Unidas já aprovou o «pacote» de 260 milhões de dólares para o financiamento da ONUMOZ, tendo disponibilizado 9,5 milhões de dólares para cobertura da operação até Junho próximo.

A decisão foi ontem tornada pública pelo Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas em Moçambique, Dr. Aldo Ajello, no decurso do «briefing» semanal com os «media» nacionais e estrangeiros, em Maputo.

Aldo Ajello referiu-se à ONUMOZ (Operação das Nações Unidas em Moçambique) como uma missão-piloto que vai incrementar mudanças internas no organismo responsável por questões orçamentais e administrativas daquela entidade supranacional.

Especificou que antes de Junho próximo, as Nações Unidas vão remeter e completar o orçamento ora aprovado para a ONUMOZ.

Clarificou que até Outubro deste ano e na eventualidade da prorrogação do mandato conferido pelo Conselho de Segurança da ONU através da Resolução 797, um novo orçamento será aprovado para o financiamento da operação.

Garantiu que o envio faseado dos montantes concedidos não vai provocar mais atrasos no processo de pacificação e democratização do nosso país, pois já estarão criadas condições objectivas para a sua consecução.

Admitiu que logo que o processo seja desencadeado a ONU e as partes dispõem de espaço de manobra para colmatar qualquer hiato que possa vir a ocorrer, reajustando a operação que, em primeira e última análise, não vai entrar num novo ciclo de atrasos na sua implementação.

A. 1. 4.